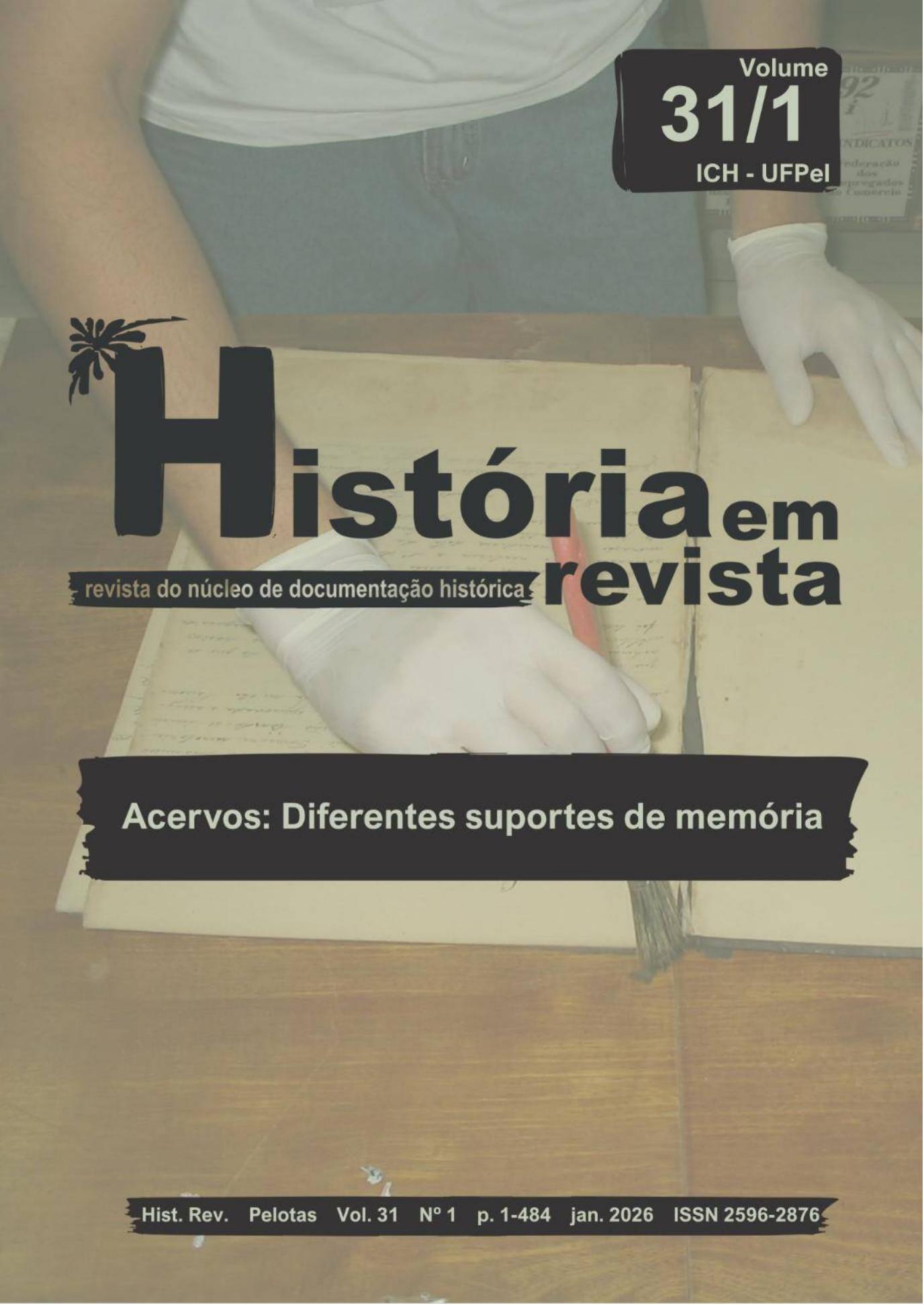


Volume
31/1

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Acervos: Diferentes suportes de memória



UFPEL



Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Mauricio Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordim*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

Núcleo de Documentação História da UFPel

Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristede Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de Documentação Histórica - Profa. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristede Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janete Espig

Prof. Dr. Jornas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U., Universidad de los Andes, Santiago, Chile

Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPel)

Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)

Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)

Profa. Dra. María Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill (NDH-UFPel) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso (Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural Santa Casa Porto Alegre)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do NDH-UFPel. Fonte: Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva (FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS); Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira (UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do



UFPEL



Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Letícia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maíra Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo - RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPLAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Willian Junior Bonete (UFPEL)

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böttge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böttge

Catalogação – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böttge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueiredo Alves, Alicie Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/1
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonneuve – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral
e-ISSN: 2596-2876
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907



Filiada à ABEU

AÇÕES DE DIFUSÃO DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL EM BRASÍLIA: (RE) CONSTRUÇÃO E DILEMAS

DISSEMINATION ACTIONS OF THE FEDERAL SENATE ARCHIVES IN BRASÍLIA: (RE)CONSTRUCTION AND DILEMMAS

Alexandre Alves de Sousa Moreira

Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade de Brasília (UnB). Também é bacharel em Arquivologia pela mesma instituição e pós-graduado em Gestão de Documentos e Informações pela Faculdade Unyleya (2021). É Mestre em História pela mesma Universidade e, atualmente, está como Doutorando em Sociologia pela UnB. Desde 2024, é Arquivista do Senado Federal.

E-mail: alvesalexandre555@gmail.com

Resumo: o artigo aborda as ações de difusão que o Arquivo do Senado Federal tem realizado para se aproximar da(s) sociedade(s) brasileira(s). Para tanto, é feita primeiramente uma breve contextualização da sua trajetória, para, em seguida, ser realizada uma reflexão sobre os desafios atuais enfrentados pelos servidores e servidoras desse Serviço.

Palavras-chave: Arquivo; Senado Federal; Brasil.

Abstract: This article discusses the outreach efforts undertaken by the Federal Senate Archives to connect with Brazilian society(ies). To this end, it first provides a brief overview of its history, followed by a reflection on the current challenges faced by the staff of this institution.

Keywords: Archives; Federal Senate; Brazil.

Considerações iniciais

O Arquivo do Senado Federal completa duzentos anos de história em 2026 e, como veremos, é um dos setores mais antigos desta instituição. Em razão desse pioneirismo, ele tem sob sua custódia aproximadamente 43 mil caixas (7,5 mil metros lineares) de informações produzidas e recebidas no exercício das suas atividades-meio e fim, as quais somam cerca de 152 mil documentos textuais.

O Arquivo do Senado Federal dispõe ainda de um rico acervo fotográfico com mais de 40 mil imagens em suporte papel, além de documentos nato digitais (produzidos em meio eletrônico), a partir da implementação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), em 2015. Para termos uma noção mais exata da dimensão do seu acervo (e também a título de curiosidade), “Se todos os papéis do Arquivo fossem enfileirados, como numa estante de livros, eles se estenderiam por 16 quilômetros - seis vezes a extensão da Avenida Paulista, quatro vezes a Praia de Copacabana ou toda a extensão do Plano Piloto de Brasília” (WESTIN, 2015, p.15-16).

Todavia não é apenas a quantidade que chama a atenção. Na instituição, estão guardados, por exemplo, as Fallas do Throno¹, consideradas patrimônio documental pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2014; o processo legislativo completo da Lei Áurea, que se iniciou no dia 08 de maio de 1888; todas as Constituições brasileiras promulgadas, a partir de 1891; e os Termos de Posse dos Presidentes da República, desde 1889; algumas amostras que indicam o valor imensurável dos seus registros.

A riqueza documental, porém, talvez seja o seu principal desafio, já que, por ser guardião de uma história e de uma memória conhecidas como “oficiais”, o Arquivo do Senado Federal possui dificuldades em se aproximar dos públicos externos, dilema esse que se acentua, em um período de polarização política que vem caracterizando o Brasil das últimas décadas. Diante desse quadro complexo, esse Serviço tem se perguntado qual a melhor forma de disseminar a informação sob sua custódia e se aproximar do(s) povo(s) brasileiro(s).

O objetivo deste artigo, assim, é refletir sobre os desafios enfrentados pelos servidores e servidoras do Arquivo do Senado Federal e apresentar algumas saídas que estão sendo desenhadas, a cada nova pesquisa e visita realizadas. Para tanto, será apresentada, inicialmente, a trajetória desse Serviço, tendo em vista que uma das razões que intensifica os desafios enfrentados é o pertencimento a um órgão marcado pelo seu distanciamento com a(s) sociedade(s) brasileira(s). Como veremos, o Senado Federal foi se construindo em contraposição à maioria da população e isso dificulta, até os dias de hoje, uma aproximação mais concreta e efetiva por parte desta Casa Legislativa. Após esse histórico, compartilharemos algumas iniciativas e refletiremos se elas são os melhores caminhos a se seguir; ou se essas medidas estão aquém dos documentos que a instituição possui.

O Arquivo da Câmara dos Senadores

Um dos pontos mais interessantes da trajetória do Arquivo do Senado Federal é que a sua biografia, em alguns momentos, se confunde com a própria história do Brasil e esse detalhe é perceptível, desde a sua previsão legal. Diferentemente de outros setores que foram sendo criados à medida que a instituição se expandia, o Arquivo já estava presente, no projeto constitucional de 1823.

¹ As Fallas do Throno consistiam nos discursos proferidos pelo Imperador e pelos Regentes, no decorrer do Brasil Império. Em média, ocorriam duas vezes ao ano, durante a abertura e o encerramento do ano legislativo; e abordavam temas variados, como política, economia e até mesmo críticas a opositores do governo. Elas podem ser acessadas por meio deste link: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562127/Falas_do_Trono_1823-1889.pdf.

Referendada a Lei pelo Secretario competente, e Sellada com o Sello do Estado, guardar-se-ha hum dos Originais no Archivo Publico, o outro igual assignado pelo Imperador, e Referendado pelo Secretario competente será remettido ao Senado, em cujo Archivo se guardará. (BRASIL, 1823, p.18).

Apesar do fechamento da Assembleia Constituinte desse ano, o Arquivo permaneceu na Constituição outorgada por Dom Pedro I (1798-1834), em 1824.

Se o Imperador adoptar o Projecto da Assemblea Geral, Se exprimirá assim = O Imperador Consente = Com o que fica sancionado, e nos termos de ser promulgado como Ley do Império; e hum dos dous Autografos, depois de assinados pelo Imperador, será remettido para o Archivo da Câmara, que o enviou; e o outro servirá para por elle se fazer a Promulgação da Ley pela respectiva Secretaria d'Estado, aonde será guardado. (BRASIL, 1824, p.9).

A princípio, essa manutenção revela que os legisladores brasileiros sabiam da importância de se ter um espaço próprio para a guarda dos documentos da Casa. Um exemplo dessa valoração é que, após dois meses de abertura da Assembleia Geral (o antigo Congresso Nacional), o Arquivo é citado pela primeira vez, no dia 1º de junho de 1826. Durante as discussões sobre a organização das Comissões de Polícia e de Contabilidade da Casa, o senador Visconde de Nazareth (1774-1827) menciona que os debates acerca dessas Comissões deverão ser remetidos ao “Archivo” da instituição (BRASIL, 1826).

Dessa maneira, o Arquivo acompanha a Câmara dos Senadores (denominação do Senado Federal durante o Brasil Império), desde as primeiras discussões e vai absorvendo também algumas características da Casa à que pertence. Segundo a Constituição de 1824, a eleição brasileira era indireta e dividida em dois turnos. No primeiro, os votantes, homens com mais de 25 anos e renda mínima de 100 mil-reis, escolhiam os eletores. Em um segundo turno, esses eletores, que tinham uma renda mínima de 200 mil-reis e que ocupavam os cargos mais altos do Estado brasileiro, seriam os responsáveis por eleger os futuros deputados e senadores. O cargo de deputado tinha um mandato de quatro anos, enquanto as funções de senadores eram vitalícias e escolhidas pelo próprio Imperador, após a formação de uma lista tríplice (CARVALHO, 2002).

Além disso, de acordo com o artigo 46 da Constituição de 1824, “Os Príncipes da Casa Imperial são Senadores por Direito, e terão assento no Senado, logo que chegarem à idade de vinte e cinco anos” (BRASIL, 1824, p.6). Como se pode observar, o Senado nasce próximo das elites da época e do próprio Imperador; e essa proximidade, é claro, passa a gerar alguns conflitos com a nobreza, mas também ruginhas institucionais entre os diferentes órgãos estatais.

Em outubro de 1831, por exemplo, é encaminhado um ofício à Câmara dos Senadores exigindo as atas das primeiras eleições dos seus membros, as quais haviam ocorrido em abril de 1826. O pedido realizado pela Câmara dos Deputados havia chegado, todavia, por meio da Secretaria de Estados dos Negócios do Império, ou seja, mediante um órgão do Poder Executivo da época, o que gerou alguns incômodos.

Logo no início da discussão, o senador Marquês de Caravellas (1768-1836), um dos principais redatores da Constituição de 1824, se opõe em parte ao pedido e defende, em resposta, a independência das Casas ao considerar que “cada uma das Camaras é o fiscal da legitimidade desses poderes, ninguém mais a pode fazer” (BRASIL, 1831, p.278). Como solução, ele propõe que sejam enviadas as certidões e não os documentos originais, caso não haja maiores inconvenientes aos demais integrantes. Apesar dessa decisão, o senador faz questão de destacar que não entendeu o motivo de o pedido ter saído do Poder Executivo, tendo em vista a comunicação que havia entre os membros do Poder Legislativo da época. Caravellas revela desconfiança e comenta que “parece que ha ahi alguma cousa que não comprehendo” (BRASIL, 1831, p.279).

Assim como Caravellas, o senador Almeida e Albuquerque (1805-1879) também se opõe à questão dos originais e, assim, sugere o envio de cópias e não das certidões, haja vista que o “Governo tem direito de exigir documentos publicos quaesquer, onde estejam, a bem da administração pública” (BRASIL, 1831, p.279). Para finalizar essa discussão, o senador Marquez de Inhambupe (1760-1837) também pede a palavra e concorda com Almeida e Albuquerque, ao sugerir o encaminhamento das cópias e destaca ainda que, se for necessário o envio dos originais, isso deverá ser decidido por meio de uma lei, o que exigiria, portanto, uma decisão de todos os membros da Câmara dos Senadores (BRASIL, 1831).

Não se sabe ao certo como foi resolvida essa questão, mas a Câmara dos Senadores permaneceu com todas as atas das suas primeiras eleições, visto que, em 1843, novamente é exigida essa documentação, mas o solicitante agora era o Arquivo Público do Império. Criada em 1838, essa instituição era a responsável por “guardar e preservar a documentação legislativa, administrativa e histórica do Estado brasileiro, conforme especificado nos artigos 4º, 5º e 6º do seu Regulamento” (COSTA, 2000, p.222).

Dadas essas atribuições, a Comissão de Constituição da Câmara dos Senadores emite um parecer favorável a essa transferência, entretanto, após tomar conhecimento dessa decisão, o senador Paulino de Souza (1807-1866), um dos mais importantes integrantes do Partido Conservador, se opõe a ela e se recorda que, em 1831, esse pedido já havia circulado na Casa. Já o senador Mello Mattos (1757-1857) concorda com o crivo da Comissão, porém demonstra preocupação, em relação ao local em que a documentação será guardada.

Tendo em vista as discordâncias, os debates se intensificaram, mas ao final todos os pareceres e emendas favoráveis à transferência foram rejeitados, fazendo com que as atas das primeiras eleições dos membros do Senado permanecessem no Arquivo da instituição. Curiosamente, em 1850, um novo ofício é enviado e novamente essas atas são exigidas, todavia não possuímos mais informações sobre seu encaminhamento.

Em linhas gerais, esses episódios demonstram que havia, sim, disputas pela documentação mantida na Câmara dos Senadores, porém esses embates expressavam o elitismo presente no Estado brasileiro da época, considerando que as discussões eram referentes aos membros dessa Casa. Em outras palavras: os debates não se concentravam em estabelecer quais documentos podiam representar a história e a memória da nação que havia surgido em 1822, função que era exercida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. Na realidade, tal preocupação no âmbito do Senado é recente, porém é ela que tem guiado a escrita deste artigo.

O início da República e o Arquivo do Senado Federal

O advento da República mudou para sempre a história da Casa Alta do Parlamento brasileiro. Com o 15 de novembro de 1889, a instituição deixou de ser vitalícia e, seguindo essa linha, sai de cena a Câmara dos Senadores e é criado o Senado Federal, um dos ramos do novo Poder Legislativo. De acordo com a Constituição de 1891, o órgão recém-inaugurado passaria a ser eleito e os seus membros teriam um mandato de nove anos (diferentemente do que ocorre hoje). Além do estabelecimento de algumas atividades internas (como a organização do próprio regimento), com a promulgação da nova Carta Magna, o Senado Federal passa a ser responsável também pelo julgamento do Presidente da República. Outra mudança importante é que o Vice-Presidente do Poder Executivo, após ser eleito, se tornava ainda o Presidente da instituição.

36

Grosso modo, essas mudanças refletiam parte dos desafios do novo governo, visto que era necessário estruturar uma Administração Pública sem a concessão de títulos de nobreza, uma prática recorrente ao longo de todo o Brasil Império. O interessante, porém, é que uma dessas alterações atinge diretamente o Arquivo do Senado Federal. Entre as medidas tomadas por Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), no dia 21 de fevereiro de 1891, o então Presidente da República publica o Decreto nº 1.390, que extingue as classes de 1º e 2º oficiais e a classe de ajudante de arquivista da Secretaria do Senado. A partir dessa norma, portanto, todos teriam a denominação de oficiais.

Não se sabe ao certo o que motivou essa iniciativa do novo Poder Executivo, pois tal medida pode ser interpretada, ao mesmo tempo, como uma maneira de fortalecer e de enfraquecer os setores do Senado (entre eles o Arquivo da instituição). Em relação ao fortalecimento, o fim da distribuição de títulos nobiliárquicos exigia uma carreira baseada na impensoalidade e, com base nesse princípio, todos teriam a mesma denominação. Acerca do enfraquecimento, essa mudança pode ser vista de uma forma prejudicial, já que não haveria mais uma promoção funcional.

Partindo desse ponto, essa alteração pode ter sido desenhada também, com o objetivo de a nova Administração Pública conter gastos. Como se sabe, o nosso início republicano foi bastante conturbado e a mudança da forma de governo foi oriunda de um golpe de Estado que tinha, entre outros fatores, uma insatisfação com o fim legal



da escravidão, decretada em 1888. Logo, em pouco mais de um ano, os dois principais bastiões do Império brasileiro - a monarquia e o regime escravocrata - deixaram de existir e, dentro desse cenário, crises políticas e econômicas se instauraram e medidas, como a do Encilhamento (1889-1891), foram tomadas, mas a maioria sem grande sucesso.

Perante esse quadro de instabilidade, Marechal Deodoro da Fonseca, cada vez mais isolado, renuncia e Floriano Peixoto (1839-1895), seu vice, assume. Assim como seu predecessor, Floriano Peixoto encontra um clima bastante tenso, dado que a insatisfação com os rumos da República havia se espalhado por várias carreiras do novo Estado. Uma delas era a das Forças Armadas, em especial a da Marinha. Sentindo-se excluídos do processo político da época, vários marinheiros, então, decidem pegar em armas e tentam invadir o Rio de Janeiro, capital do Brasil à época. Tal episódio ficou conhecido como a Revolta da Armada (1891-1894).

Embora os marinheiros não tenham alcançado seus principais objetivos, várias instituições são atingidas pelos revoltosos e uma delas é o Arquivo do Senado Federal. Segundo os Anais da instituição, o “Archivo do Senado havia sofrido muito com as mudanças, inundações e estragos da revolta. Estes ultimos, produzidos por uma granada de calibre 70, foram consideraveis”. Seguindo essa linha, os registros nos contam que “Era mister, com o maximo cuida e zélo, restaurar as preciosas collecções de documentos que assignalam os factos mais salientes da nossa vida politica e parlamentar” (BRASIL, 1895, p.22).

A partir desse trecho, novamente se observa que os documentos do Senado continuam sendo objeto de preocupação da Casa, mas esse valor ainda é decorrência da possibilidade de se preservar informações referentes à atividade parlamentar, ou seja, a ideia de manutenção de registros importantes à história e à memória da nação permanece distante. Nesse sentido, seus membros ainda conservam uma mentalidade ligada ao imaginário nobiliárquico do Brasil Império, na qual a documentação era relevante para o cotidiano interno. O que não é de se estranhar, haja vista a recente mudança da forma de governo.

Como estamos lidando com um processo amplo e complexo, é difícil determinar quando essa mentalidade mudou (o que também não é o objetivo deste artigo). Apesar disso, observa-se que a mudança do Senado Federal para Brasília é um momento-chave no qual o Arquivo da instituição passou a ser visto como um meio de preservação da história e da memória nacional brasileira. O curioso, porém, é que essa função se chocava com outras atribuições inerentes aos documentos de arquivo e é sobre esse imbróglio que iremos discorrer a seguir.

O Arquivo do Senado Federal e a construção de Brasília

De acordo com a Lei nº 3.273 de 1957, a data legal para a mudança de Brasília seria 21 de abril de 1960. Como se sabe, esse dia não foi uma escolha à toa de Juscelino Kubitschek (1902-1976), já que, por ser de Minas Gerais, JK (como era mais conhecido)





quis prestar uma homenagem a Joaquim José da Silva Xavier ou, simplesmente, Tiradentes (1746-1792), um dos expoentes da Inconfidência (ou Conjuração) Mineira de 1789.

Dada essa previsão, o Senado Federal, assim como outros ramos da Administração Pública brasileira instalados no Rio de Janeiro, inicia os preparativos para a transferência ao Planalto Central. Seguindo essa linha, o Diretor do Arquivo à época, Lauro Portela, elabora um relatório denominado “Sugestões sobre o Edifício do Senado em Brasília”. De acordo com esse documento, o novo espaço deveria atender a questões de luminosidade, de umidade, de equipamentos, de localidade e de segurança do acervo, levando em conta ainda a estabilidade do prédio, a distribuição do espaço físico para a guarda dos documentos e o local para exposição dos registros (OLIVEIRA, 2009).

Bastante rico e detalhado, o relatório propunha também que o Arquivo ficasse localizado no 3º e no 4º piso do edifício principal do novo Congresso e alertava “para a necessidade de atenção à sobrecarga especial que logo se acentuaría com a significativa pressão na estrutura do prédio exercida pelo acúmulo referente a estes dois acervos” (OLIVEIRA, 2009, p.113). Dessa maneira, foi relatado “sobre a intercomunicação necessária entre os dois pavimentos com escada interna e um pequeno elevador para transporte de documentos de um andar para o outro” (OLIVEIRA, 2009, p.112).

No relatório, um outro ponto levantado é que a documentação produzida pelo Congresso Nacional também deveria ser guardada pelo Senado. Em outras palavras: quando o Senado Federal e a Câmara dos Deputados trabalhassem de maneira conjunta, a informação produzida deveria ser custodiada pelo Arquivo da Casa Alta do nosso Parlamento (detalhe que é seguido até hoje), daí a preocupação do Diretor em criar diferentes salas, seja para consulta ou para exposição, expressando uma preocupação em tornar os documentos do Parlamento brasileiro mais acessíveis ao público externo.

Perante esse quadro, tudo indicava que o Arquivo viria para Brasília em abril de 1960, entretanto não foi isso que ocorreu de imediato. Em fevereiro desse ano, foi apresentado e aprovado o Projeto de Resolução nº 06, que criava o Serviço de Informações, Pesquisa e Audiências. Segundo essa proposta, o Arquivo do Senado deveria ficar sob a administração do Palácio Monroe, sede do Senado Federal no Rio de Janeiro, durante dois anos, prazo que deveria ser contado a partir da primeira sessão legislativa ocorrida em Brasília. Para este artigo, porém, o mais interessante dessa iniciativa é a sua justificação.

Para a manutenção do Arquivo do Senado Federal no Rio de Janeiro, os senadores realçaram inicialmente que

Não há nenhum interesse de ordem administrativa ou técnica seja transferido para Brasília o “arquivo morto” do Senado. Tal acervo, a rigor, não lhe pertence mais porque, pelo seu aspecto histórico, é uma das partes integrantes do documentário nacional, onde os pesquisadores irão colher preciosos elementos para compor novos capítulos da nossa História política e parlamentar. (BRASIL, 1960, p.6).



Partindo desse ponto, enfatizaram também que,

Por tais razões, e considerando principalmente que, feita a mudança da capital, guardará o Rio de Janeiro as características de séde cultural do país, com o seu Museu Histórico, o Instituto Histórico e Geográfico, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Academia de Letras e tantas outras instituições a serviço da cultura e da pesquisa, não seria aconselhável, nem razoável mesmo, que se subtraísse dos pesquisadores tão valioso patrimônio, engavetando-o, sem vantagem para ninguém, nos distantes arquivos do Senado, em Brasília. (BRASIL, 1960, p.6).

Perante essa decisão, podemos observar que o Arquivo do Senado Federal, ainda que importante à trajetória do Congresso Nacional, passa a ser encarado também como um órgão responsável pela preservação da história e da memória nacionais; e essa questão se torna mais clara, no trecho acima, no momento em que o Serviço é comparado a outras instituições que cumpriam esse papel à época.

Nessa justificativa, um outro detalhe relevante é quando os senadores realçam que “não há nenhum interesse de ordem administrativa ou técnica” (BRASIL, 1960, p.6) para a transferência da documentação para Brasília. Em linhas gerais, a “principal finalidade dos arquivos é servir à administração” (PAES, 2005, p.61), tendo em vista que os documentos arquivísticos nascem com o objetivo principal de provar as atividades da pessoa ou da instituição que os produziram. Logo, em um primeiro momento, essas informações fazem sentido para os seus produtores, dado que elas servem para atender às suas próprias necessidades, derivando daí o caráter natural e orgânico desses registros.

Partindo desse ponto, observa-se uma contradição na justificativa dos senadores, pois, ao mesmo tempo em que esse grupo estava propondo a criação do “Serviço de Informações, Pesquisas e Audiências”, que seria o responsável por “informar sobre a tramitação das proposições em curso do Senado”, “adotar medidas para o funcionamento da Comissão dos Senadores” e “auxiliar os Senadores nos trabalhos de assistência técnica, correspondência, audiências, recepção e portaria” (BRASIL, 1960, p.3), eles estão destacando que “não há nenhum interesse de ordem administrativa ou técnica” (BRASIL, 1960, p.6) no “arquivo morto”, ou seja, no arquivo permanente (conhecido também como histórico).

Pensando no Congresso Nacional como um todo, sabemos que o seu cotidiano é bastante dinâmico e complexo; e a informação, dentro das duas Casas, tem que ser rápida, clara e de fácil acesso, visto que um erro ou um atraso podem significar longas esperas; rejeições; perda de apoio nas discussões; falta de recursos para futuros projetos; e, em casos mais graves, ostracismo político. Levando em conta ainda as condições de comunicação da época, a criação desse Serviço demonstrava, na realidade, que o Arquivo do Senado deveria, sim, ser transferido para Brasília, já que se estava propondo a criação de um setor para fornecer suporte ao dia a dia do Poder Legislativo.

Apesar dessa contradição, é importante explorar o porquê de alguns senadores lutarem pela manutenção de parte do Arquivo do Senado Federal, no Rio de Janeiro inicialmente. Embora os parlamentares não tenham deixado claros os seus motivos no projeto de resolução, apontamos para duas questões, em especial, que explicam essa preocupação. A primeira é que a aprovação dessa iniciativa era uma das últimas medidas para se tentar salvar o Palácio Monroe.

Ocupado pelo Senado Federal desde 1925, a Casa Alta do Parlamento brasileiro “atribuía ao prédio um enorme simbolismo democrático” (DRUMMOND, 2024, p.236), dessa forma a sua transferência significava a perda de uma aura simbólica para um prédio que aos poucos foi sendo visto como uma aberração. Em meados do século XX, por exemplo, não se cogitava ainda a sua destruição, entretanto, no final de 1954, o Presidente Café Filho (1899-1970) lança um edital de concurso para a construção de uma nova sede do Senado Federal, demonstrando que o Palácio Monroe, antes intocado, estava com os seus dias contados.

A segunda questão, essa mais ampla, é que a criação de um arquivo está diretamente ligada à eficiência governamental. Como se sabe, a urbanização, a industrialização e a pressão demográfica são fatores que aumentam a produção de documentos, exigindo do Estado e da Administração Pública um trabalho de gestão documental mais abrangente e técnico. Com a vinda da capital para Brasília, esses processos, que já são complexos, se intensificaram, pois se tratava da criação de uma nova capital, ou seja, de um ambiente essencialmente político e administrativo, em um local inóspito até então.

Apesar de o Arquivo do Senado Federal possuir um papel estratégico dentro de todo esse quadro traçado, o projeto de manutenção de parte desse Serviço, no Rio de Janeiro, recebeu um parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da época e também da Comissão de Finanças, sendo votado e aceito ainda um requerimento de urgência (BRASIL, 1960). Infelizmente não sabemos o que ocorreu depois e também não é de nosso conhecimento, quando toda essa mudança efetivamente ocorreu, mas, apesar das incertezas, levantamos algumas hipóteses.

A primeira, essa mais clara, é que a vinda efetiva do Arquivo do Senado Federal pode estar relacionada à pressão de se destruir o Palácio Monroe, o que ocorreu entre janeiro e julho de 1976. Como mencionado, aos poucos o intocado Palácio foi sendo visto como uma aberração arquitetônica (DRUMMOND, 2024) e também como um obstáculo à urbanização da cidade do Rio de Janeiro, logo a sua desocupação facilitaria uma possível demolição que começava a ser ventilada na antiga capital.

Em segundo lugar, a manutenção de um espaço sempre envolve gastos, cálculo esse que se demonstra cada vez mais contraditório, quando se é pouco utilizado. Em outras palavras: por mais que o Palácio Monroe mantivesse algumas funções do Senado, sendo apelidado inclusive de “Senadinho”, após a transferência para Brasília, a sua desocupação pode ter sido uma forma de a Casa economizar.

Em terceiro lugar, podemos inferir que essa mudança foi motivada, porque o Senado Federal foi aos poucos se dando conta de que a documentação guardada no Rio



de Janeiro era essencial para o dia a dia legislativo em Brasília, o que já aparecia no projeto de resolução de 1960. Desse modo, podemos supor que o valor histórico teve que ser deixado de lado em um primeiro momento, por razões inerentes à própria natureza do documento de arquivo. Como se procurou demonstrar, o documento arquivístico é uma consequência natural das atividades de uma instituição e funciona como fonte de prova para ela. Vista desse modo, a informação faz sentido quando é mantida próxima daquele que a produziu. Embora importante à história e à memória nacionais, o documento cumpre de antemão funções administrativas, o que pode ter pesado para a efetiva mudança do Arquivo do Senado Federal.

Para este artigo, o mais relevante, porém, é que toda essa questão revela que o Arquivo do Senado Federal passou por uma mudança: se antes esse Serviço era visto como importante sobretudo ao cotidiano parlamentar, com a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, ele passou a ser encarado como essencial à preservação da história e da memória nacionais; e é essa “nova” responsabilidade que os atuais servidores e servidoras da Casa procuram zelar atualmente.

Uma visita inesperada

Subordinado à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC), a Coordenação de Arquivo (COARQ) é a responsável por planejar e executar a gestão arquivística de documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional. Inseridos na COARQ, dois setores em especial trabalham de maneira conjunta para receber a(s) sociedade(s) brasileira(s): o Serviço de Gestão de Arquivo Permanente (SEGAP) e o Serviço de Pesquisa e Difusão do Acervo (SEPDIF).

41

Para marcar uma visita, é bem simples: basta enviar um e-mail². A única exigência é que a mensagem eletrônica seja enviada com alguns dias de antecedência da ida ao Arquivo do Senado Federal, já que podemos solicitar algumas informações adicionais, como a escolaridade ou a profissão, a fim de que possamos separar alguns documentos próximos à realidade dos visitantes. Em linhas gerais, esse é o procedimento padrão.

Todavia, em janeiro de 2025, fomos surpreendidos por um servidor do Senado Federal que gostaria de realizar uma visita com sua filha, mas não havia comunicado previamente. Ao conversar com a COARQ, ele informou que não sabia da necessidade de enviar um e-mail e comentou ainda que, como era o período de férias escolares, havia levado sua filha ao trabalho, já que ela estava bastante interessada em saber mais sobre as leis abolicionistas brasileiras. Obviamente que não iríamos nos opor, apenas informamos que, por se tratar de uma informação permanente, os documentos originais não ficam expostos nas vitrines, mas guardados em um ambiente próprio para a sua

² Para agendar uma visita, basta enviar um e-mail para arquivo@senado.leg.br. Atualmente, o Arquivo se encontra localizado na Via N2 - S/N, na Unidade de Apoio I (Bloco 14) do Senado Federal, em Brasília.



conservação. Combinamos, então, que, ao invés de entrar no acervo para ver os originais, a filha do servidor poderia manusear algumas réplicas.

A visita foi bem interessante para o Arquivo do Senado Federal, visto que, por ser uma estudante do início do Ensino Fundamental II, tivemos que reformular e adequar toda a nossa apresentação, sobretudo a nossa linguagem. Como era de seu interesse, demos uma atenção especial às leis abolicionistas, mas conversamos também sobre a construção de Brasília e acerca de outros momentos significativos para a história do Brasil. Em um determinado momento, levantamos um dos nossos expositores e informamos que ela poderia levar para casa a réplica da Lei Áurea, o que a deixou bastante feliz. Ao final, ela agradeceu pela atenção e disse que levaria o presente aos seus colegas da escola.

Após a visita, ficamos um pouco incomodados, mas um incômodo num bom sentido, pois ficamos nos questionando sobre como nos aproximar dos diferentes públicos que vêm ao Arquivo do Senado Federal. Como os agendamentos ocorrem com alguns dias de antecedência, conseguimos nos organizar de uma maneira melhor e geralmente recebemos um público mais velho, como docentes do Ensino Médio; graduandos de faculdades e universidades; e também professores da Educação Básica e Superior, o que facilita a forma de conduzir e de apresentar os nossos acervos.

Entretanto essa situação foi bem diferente por dois motivos. O primeiro foi a questão da linguagem. Como mencionado, tivemos que reformular toda a maneira de contextualizar os documentos mantidos pelo Arquivo do Senado Federal e adequar a nossa fala, para que a estudante compreendesse, de uma maneira fácil, a documentação que estava sendo mostrada. O segundo motivo foi que geralmente realizamos uma apresentação que procura criticar a ideia de que as leis hoje consideradas abolicionistas, como a Eusébio de Queirós (1850), a do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885), buscavam efetivamente a liberdade dos escravizados, quando foram promulgadas.

Partindo desse ponto, destacamos, por exemplo, que algumas normas anteriores à Lei Áurea serviram na realidade para postergar o fim da escravidão e, em algumas situações, elas foram prejudiciais à libertação dos escravizados. Uma amostra disso é que a própria Lei do Vento Livre, que, ao libertar os escravizados recém-nascidos, estava condenando-os infelizmente à morte.

Não há, durante os debates, nenhuma preocupação dos parlamentares com o futuro dessas crianças. Diante do dado de que, a cada duas crianças nascidas escravizadas, uma morria antes de completar cinco anos de idade, não houve nenhum tipo de proposta ou discurso que apontasse os meios para alterá-lo. Em vez disso, o que se observou após a aprovação da lei foi o aumento da mortalidade das crianças negras. Nascer livre, então, aumentou o risco de morte (BENTO, 2024, p.108-109).

Considerando esse quadro, o bom incômodo surgiu, porque não sabíamos se deveríamos tocar nesses assuntos e, caso decidíssemos fazer isso, como abordar essas nuances com uma criança? Será que nessa idade era necessário falar sobre as consequências concretas das leis “abolicionistas”? Apesar das dúvidas, na prática essas questões nos fizeram despertar para o fato de que poderíamos traçar novos caminhos para além das visitas recebidas e procurar disseminar os documentos custodiados pelo Arquivo do Senado Federal de outras maneiras.

Algumas “soluções” encontradas...

Semanas após a visita, fizemos reuniões, a fim de atenuar os nossos incômodos. Elaboramos, assim, algumas ideias e tentamos colocá-las em prática rapidamente. A primeira delas já vinha se desenhando, desde o ano passado, mas, em 2025, decidimos fazer uma divulgação mais consistente do nosso acervo. Para tanto, temos, juntamente com os responsáveis pelo Instagram e pelo TikTok oficial do Senado Federal, realizado pequenos vídeos que falam sobre a história do Brasil.

Além dessa iniciativa, estamos procurando elaborar também algumas ações mais internas, a fim de divulgar os documentos custodiados pelo Arquivo: em 2025, escrevemos sobre os 40 anos da Redemocratização de 1985³; o Estatuto da Pessoa com Deficiência, promulgado em 2015⁴; e a mudança do Arquivo do Senado Federal para Brasília⁵, matéria que motivou a escrita deste texto. Posteriormente elas foram reunidas na “Coletânea do Arquivo do Senado Federal”⁶, compilado que divulga ainda outras atividades arquivísticas realizadas pela COARQ.

Sobre essas publicações, três pontos devem ser realçados. O primeiro é que elas são trabalhos de História Pública, dessa maneira buscamos nos aproximar das pessoas não acadêmicas, mas sem perder a objetividade que caracteriza a Ciência Histórica. O segundo ponto é que esse é um trabalho de esforço coletivo: tanto os servidores graduados em História como os estagiários desse campo estão escrevendo, editando e revisando o material. Buscamos, assim, a construção de um conhecimento conjunto.

³ Para ter acesso à matéria completa, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/outras-publicacoes/cidadanias-no-brasil-diversidade-e-dilemas>.

⁴ Para ter acesso à matéria completa, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/destaques/uma-breve-historia-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>.

⁵ Para ter acesso à matéria completa, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/destaques/o-arquivo-do-senado-federal-nao-vai-para-brasilia-1>.

⁶ Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/instrumentos/publicacoesarquivo/revista-do-arquivo-do-senado-federal>.

O terceiro ponto é que, por estarmos em uma Casa essencialmente política, temos nos concentrado em enfatizar mais o processo histórico do que a lei em si, a fim de que não recebemos críticas de estar favorecendo um determinado parlamentar ou partido. Um exemplo disso é que, na publicação dos 40 anos da Redemocratização de 1895, focamos na construção da nossa cidadania e trouxemos alguns momentos desde a nossa Independência, passando pelo Brasil Imperial e pelos governos de Getúlio Vargas (1882-1954), para abordar os preparativos da Constituição de 1988. A ampliação do fato histórico, vamos dizer assim, tem sido uma saída, no intuito de evitarmos maiores constrangimentos.

Em 2025, ocorreu ainda uma grata surpresa, quando fomos convidados pela Rádio Senado, para realizar uma entrevista sobre o dia a dia no Arquivo⁷. Desde então, passamos a divulgar alguns documentos que ajudam a contar a história do nosso país. Em uma entrevista⁸, por exemplo, abordamos os documentos que contam parte da história da Redemocratização de 1985, como os Termos de Posse de Tancredo Neves e de José Sarney; o Emendão; o Plano Cruzado; e o Plano Bresser Pereira. Nas outras ocasiões, falamos sobre os bastidores da Lei Áurea⁹ e da inauguração de Brasília¹⁰.

44

Seguindo essa linha, é importante mencionar que, desde 2024, temos participado de Bienais e Feiras do Livro que se demonstram um outro canal relevante de disseminação, pois, nas rodas de conversas elaboradas, o público tem conhecido mais as nossas atividades e recebido algumas réplicas de documentos que ajudam a contar a história do Brasil. A COARQ tem estado ainda presente nas Semanas Nacionais de Arquivo, organizadas pelo Arquivo Nacional, promovendo, entre outras atrações, palestras e oficinas práticas de como tratar documentos físicos e digitais.

Todas essas iniciativas têm se somado a outras mais antigas. A primeira é o “Arquivo S: o Senado na História do Brasil”¹¹, que consiste em um projeto da Coordenação de Arquivo com a Secretaria de Comunicação do Senado, no qual utilizamos as informações custodiadas pela instituição, como discussões e projetos, para abordar a trajetória brasileira. A cada mês (com exceção de janeiro), são publicadas matérias jornalísticas que, no final do ano, são compiladas e publicadas em um único volume. Atualmente estamos na décima edição. Um detalhe interessante desse trabalho é que a pesquisa é realizada pelos estagiários do SEGAP e do SEPDIF, o que fomenta

⁷ Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: https://open.spotify.com/episode/3gL7zN8vG1lDzjdjE2BaPc?si=FKI9X9_ER4CAsLRL6VBT-A.

⁸ Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2025/03/27/arquivo-do-senado-lanca-hotsite-sobre-os-40-anos-da-redemocratizacao>.

⁹ Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2025/05/13/arquivo-do-senado-reune-documentos-historicos-e-revela-bastidores-legislativos-da-lei-aurea>.

¹⁰ Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2025/04/14/servico-de-gestao-de-acervo-permanente-do-senado-relembra-a-inauguracao-de-brasilia-com-documentos-historicos>.

¹¹ Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/arquivo-s>.



os graduandos em História a, desde o início da graduação, estarem em contato com fontes primárias.

A outra medida é a nossa plataforma de difusão “Arquivo Digital do Senado Federal”¹², ambiente virtual em que descrevemos, com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a documentação sob a responsabilidade da instituição. Dessa maneira, elaboram-se contextualizações históricas da informação a ser descrita e, assim como no projeto do “Arquivo S: o Senado na História do Brasil”, incentivamos nossos estagiários a estar em contato com os registros originais da Casa.

Um outro projeto associado a essa plataforma é que, desde 2024, o SEGAP tem difundido os Diários do Senado e do Congresso Nacional, por meio dela. O mais interessante dessa iniciativa é que ela ocorre de maneira totalmente eletrônica: a Secretaria de Atas e Diários do Senado Federal, por meio do sistema E-Diarios, cria essas informações que posteriormente são enviadas para o SIGAD. Do SIGAD, elas vão para o Archivematica da instituição e, após o processamento, são descritas e publicadas no “Arquivo Digital do Senado Federal”. Todo esse encadeamento de ações ocorre em sistemas integrados, ou seja, sem a necessidade de criação de documentos físicos, tornando a gestão documental desta Casa mais otimizada e também mais sustentável.

Considerações Finais

45

Como mencionado na introdução, o objetivo deste artigo foi trazer um pouco da trajetória do Arquivo do Senado Federal e, a partir dela, refletir sobre as iniciativas que têm sido implementadas atualmente, a fim de tornar os documentos desta instituição mais acessíveis. Nesse caminho, destacamos alguns fatos que impactaram a história desse Serviço, como a Proclamação da República e a construção de Brasília; e explicamos também alguns desafios que têm caracterizado o nosso trabalho, sobretudo os de disseminação arquivística.

Considerando os ricos registros que temos sob custódia, estamos elaborando também algumas estratégias de difusão para o futuro. Entre elas, destaca-se o projeto de o Arquivo do Senado Federal receber estudantes de escolas públicas de Brasília, iniciativa que ainda está em processo inicial de elaboração, mas que exemplifica o caráter social de uma instituição arquivística que está procurando se aproximar, de maneira mais concreta, dos diferentes cidadãos brasileiros. Assim como no caso da visita da filha do servidor, o foco inicial seria receber estudantes do Ensino Fundamental II.

¹² Para ter acesso ao conteúdo completo, acessar o link: <https://atom.senado.leg.br/>.



Com base em tudo que foi abordado, sabemos que estamos aquém das informações guardadas, pois ainda falta um projeto mais sistemático de publicização dos documentos. Outro detalhe é que, em alguns casos, temos improvisado essa divulgação e temos consciência também de que é necessária uma estrutura com colaboradores especializados e novos equipamentos que possam otimizar o nosso dia a dia.

Dado esse quadro complexo, temos seguido e implementado alguns caminhos dentro das nossas limitações. Apesar de estarmos felizes com alguns resultados, temos consciência de que ainda podemos fazer um pouco mais. Considerando que os documentos custodiados pela instituição ajudam a preservar a história do Brasil, sabemos que devemos implementar iniciativas mais organizadas e que ajudem a disseminar uma trajetória nacional que se apresenta, cada vez mais, diversa e plural, ou seja, democrática. Ajudar na construção da democracia brasileira é, portanto, o principal (e permanente) desafio do Arquivo do Senado Federal.

Referências

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional24.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Anais do Império. Brasília: Senado Federal, Livro 2, 1826. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-do-imperio/-/imperio/2>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Anais do Império. Brasília: Senado Federal, Livro 2, 1831. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-do-imperio/-/imperio/2>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Anais da República. Brasília: Senado Federal, Livro 1, 1895. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-da-republica/-/republica/23>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Resolução nº 06, de 1960. Dispõe sobre a destinação do Palácio Monroe, após a transferência para Brasília, cria o Serviço de Informações, Pesquisas e Audiências com sede no Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <https://atom.senado.leg.br/index.php/prs-6-de-1960-1>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Projeto de Constituição do Império do Brasil (1823). Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1823. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185587>. Acesso em: 15 set. 2025.

BENTO, Berenice. Abjeção: a construção histórica do racismo. São Paulo: Cult Editora, 2024.



CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Célia. **O Arquivo Público do Império**: o legado absolutista na construção da nacionalidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000.

DRUMMOND, Carlos Eduardo. **Tempos modernos**: o Rio metrópole, a exposição de 1922 e a incrível história do palácio que desapareceu durante a ditadura militar. 1^a ed. Rio de Janeiro: Litteris, 2024.

WESTIN, Ricardo. **Arquivo S**: O Senado na história do Brasil. Volume 1. Brasília: Senado Federal, 2015.

OLIVEIRA, Tatiane Braz de. **Linhas e entrelinhas da memória**: o Arquivo do Senado Federal no período de 1946-1964. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.